

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA



**DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE A
DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU DE ARTE
LEOPOLDO GOTUZZO**

GILMAR GUTERRES ORTIZ

PELOTAS
2013

GILMAR GUTERRES ORTIZ

**DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE A
DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU DE ARTE
LEOPOLDO GOTUZZO**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia, sob orientação do Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro.

PELOTAS

2013

Banca examinadora:

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (orientador)

Prof^a. MSc. N3ris Mara Pacheco Martins Leal

Prof^a. Dr^a. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Diego Ribeiro, pela orientação, apoio e incentivo durante todo o curso e no o processo de elaboração deste trabalho de conclusão.

A todos os professores e colegas de curso, pelos momentos de troca, de saber e experiências, das alegrias e dos incentivos nos momentos de dificuldade desta caminhada.

Aos funcionários do Curso de Museologia e do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, pelo carinho, amizade e dedicação.

A minha família, pelo apoio e compreensão em todos os momentos da minha vida.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

Os *museus* são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que *ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas*.
Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

RESUMO

ORTIZ, Gilmar Guterres. **Diagnóstico Museológico:** Um olhar sobre a documentação do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. 2013. Monografia [Graduação]. Curso de Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

O presente trabalho teve por finalidade diagnosticar e analisar a documentação museológica do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, bem como observar os aspectos positivos e negativos, tendo por escopo a conversão das informações do acervo institucional em ferramentas de disseminação de conhecimento. Para tanto, foi organizada uma análise sobre as técnicas empregadas na documentação do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo no intuito de registrar os objetos que compõem o seu acervo desde 1986, data de sua fundação, até os dias atuais. Para cumprir este propósito foi realizado um levantamento das ferramentas documentais utilizadas, para, assim, traçar um paralelo, visando verificar se a prática de documentação museológica adotada pela instituição está de acordo com os parâmetros, segundo bibliografia produzida a respeito do tema.

Palavras-chave: Diagnóstico. Documentação museológica. Acervo. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

LISTA DE ABREVIATURAS

- CA – Centro de Artes
- COCEPE – Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
- ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
- MALG – Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
- MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
- SAMALG – Sociedade Amigos do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
- SWOT – Strengths, Weakneses, Opportunities and Threats (pontos fortes, fracos, oportuidades e ameaças)
- UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Processos da Museologia	24
Figura 1	Mapa de Aferição Patrimonial	32
Figura 2	Termo de abertura.....	33
Figura 3	Primeiro modelo de ficha catalográfica	34
Figura 4	Imagem do livro boneco	35
Quadro 2	Campos de informação da atual ficha catalográfica	36
Figura 5	Atual modelo de ficha catalográfica.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. GESTÃO DE MUSEUS	13
1.1. DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO	18
1.2. DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO	20
1.3. CONSTRUÇÃO DA TABELA DE ANÁLISE	29
2. O MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTUZZO	30
2.1. HISTÓRICO DO MUSEU E SEU ACERVO	30
2.2. DOCUMENTAÇÃO DO MALG	31
2.3. APLICAÇÃO DA ANÁLISE NO DIAGNÓSTICO DE DOCUMENTAÇÃO	38
2.3.1. Livro de inventário	38
2.3.2. Sistema de numeração	39
2.3.3. Marcação dos objetos	40
2.3.4. Fichas catalográficas	41
2.3.5. Política de aquisição e descarte	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como enfoque a gestão museológica e busca, em especial, diagnosticar a documentação do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Partindo dessas premissas, este trabalho monográfico tem como finalidade investigar os procedimentos e ferramentas utilizadas para a gestão das coleções de arte do referido Museu. Ao término da investigação, pretende-se oferecer subsídios para aumentar a eficácia dessas ações.

A escolha pelo Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo se deu pelo fato de ser um órgão da Universidade Federal de Pelotas, instituição onde trabalho atualmente e, de igual modo, motivado pelo conhecimento adquirido ao longo do curso de Museologia, mais especificamente nas disciplinas de Gestão e Documentação.

De acordo com Duarte Cândido (2011) os padrões mínimos que regulam a prática museológica são atualmente uma das preocupações dos gestores de museus, tendo em vista à pressão de legislações reguladoras, pesquisas na área e afins, debates de pesquisadores e sociedade, o Código de Ética para Museus, e uma série de transformações sociais. No entanto, ainda não são adotadas as normas museológicas no cotidiano das diversas instituições que, por seguirem modelos tradicionais, não dão conta de seguir com a legislação obrigatória, haja vista as necessidades contemporâneas, de gerir com qualidade seu patrimônio, salvaguarda e difusão de seus conhecimentos.

A finalidade desta pesquisa se baseia também nas proposições da Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, – especialmente, no que tange a regulamentação do conjunto de normas e procedimentos que norteiam à gestão museológica, as atividades nos museus, e a elaboração do Plano Museológico – livros, revistas, artigos, tratados patrimoniais, pesquisas, referenciais teóricos que se debruçam sobre os direcionamentos e procedimentos do fazer museológico. De igual modo, se fundamenta no Código de Ética para Museus¹, cujo princípio fundamental assevera que os museus são responsáveis pelo patrimônio natural e cultural, material e imaterial, onde, todos os responsáveis envolvidos têm como primeira obrigação

¹ O Código de Ética para Museus foi elaborado pelo Conselho Internacional de Museus. Corresponde à regulamentação de padrões éticos para museus, estabelecidos nos Estatutos do ICOM. Este Código reflete os princípios adotados, de modo geral, pela comunidade internacional de museus (ICOM, 2013).

proteger e promover este patrimônio, assim como prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim (ICOM, 2013).

Com base em Duarte Cândido (2011) muitas instituições museológicas são criadas com o propósito de preservação de memória, mas sem qualquer discussão sobre missão, planejamento, sustentabilidade em longo prazo, entre outros fatores e, ainda mais, confundindo preservação com acúmulo de objetos e o desenvolvimento de uma função social.

O caminho possível para a qualificação das instituições museológicas se dá a partir dos procedimentos de avaliação, entendendo o diagnóstico museológico como instrumento fundamental para o planejamento institucional. Aponta ainda para o fato de que os museus brasileiros estão se abrindo para a cultura da avaliação por diversas contingências contemporâneas, entre elas, a pressão estabelecida por legislações reguladoras para os museus (DUARTE CÂNDIDO, 2011).

Embasando-se nas questões supracitadas é que se realizará a pesquisa sobre a documentação do acervo do MALG, como é o conhecido o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Localizado na região central da cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, o MALG foi fundado em 7 de novembro de 1986 e através da Resolução 004/92 do Conselho Universitário passou, com todo seu acervo, a fazer parte do Instituto de Letras e Artes, atual Centro de Artes, atualmente órgão suplementar do Centro de Artes (CA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Criado com o objetivo de salvaguardar as obras do artista pelotense Leopoldo Gotuzzo (patrono do museu) e de outras coleções de diferentes artistas brasileiros.

Por ser o MALG uma instituição pública federal e pela necessidade de adequá-lo às diretrizes contemporâneas de gestão museológica, apresenta-se o objetivo geral desta pesquisa que visa analisar e diagnosticar a documentação museológica do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. E, como objetivos específicos, examinar o gerenciamento e a recuperação de informação do acervo do Museu, localizando pontos fortes e fracos da documentação, com vistas a oferecer possibilidades de incrementar a sua eficácia, sendo esta uma abordagem propositiva.

De acordo com Duarte Cândido (2011), a realização de um processo de avaliação e planejamento nos quais o diagnóstico museológico está envolvido é sempre um processo educativo, sendo possível considerá-lo uma importante etapa da formação em serviço dos profissionais envolvidos no processo museológico.

Justifica-se a escolha pelo tema dada a sua importância no processo de recuperação de informações e para o controle do acervo. Tal processo permite transformar os objetos do acervo do museu em fonte de pesquisa e agentes de transmissão de conhecimento, auxiliando no desenvolvimento de exposições e outras atividades do museu. No entanto, requer constantes análises e reflexões na busca de soluções para a dinamização e eficiência nos seus procedimentos (LOUREIRO, 1998).

Diante do exposto, entende-se que o “acervo é o coração do museu, sendo a primeira obrigação deste reconhecer e assumir responsabilidades inerentes à posse dos seus bens” (OSÓRIO, 2000, p. 67). Dessa forma, a relevância desta pesquisa se fundamenta por constituir-se em um instrumento que traz vestígios sobre o debate que envolve a questão documental museológica e, por pretender contribuir com a ação documental do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Como procedimento metodológico será utilizada a documentação primária, que diz respeito aos documentos norteadores que indicam o que é o museu, sua missão e sua estrutura administrativa, e instrumentos pertencentes à documentação museológica, como livro tomo, fichas catalográficas, além de informações orais da atual diretora do MALG.

Na visão de Julião (2006), a análise da documentação é um dos níveis de trabalho investigativo nos museus, porque se institui como identificação, classificação e organização de ideias, possibilitando o levantamento de dados históricos dos objetos e, sobretudo, das mentalidades por detrás das ações. Trata-se, portanto, de ferramenta útil para a reflexão, elaboração e atuação no cotidiano museal.

Estruturado em dois capítulos, o primeiro apresenta um breve histórico sobre gestão museológica e sua importância como mecanismo de registro das pesquisas e informações agregadas ao objeto, de suas políticas, entre elas, a documentação museológica. Para este fim, buscar-se-á-se em Bruno (1999), Possas (2005), Julião (2006), Duarte Cândido (2011), Moutinho (2006), Lewis (2004), Ribeiro (2012), entre outras contribuições de igual importância que enriquecerão os tópicos.

A importância de uma boa gestão de acordo as necessidades presente de constantes avaliações e a pressão estabelecida por legislações reguladoras para os museus, são também assuntos abordados no primeiro capítulo. Oportuno expor que o diagnóstico museológico é uma ferramenta relevante para a gestão e qualificação

do fazer das instituições museológicas. Ressalta-se ainda que, dentre os tipos de diagnósticos estão o global e o específico. O global refere-se à avaliação geral, incorporando o todo da instituição e, o específico diz respeito à avaliação de uma área em questão (DUARTE CÂNDIDO, 2011; MASON, 2004). Para tanto, neste trabalho realizou-se um diagnóstico especialista, focado em um tema específico, ou seja, o processo de documentação.

Além dos assuntos acima, o primeiro capítulo ainda trata de documentação e acervo, auxiliados por teorias, considerações, pesquisas e observações apresentado pelo Código de Ética (ICOM, 2010), com os grandes mestres Ladkin (2004), Yassuda (2009), Ferrez (1994), Camargo-Moro (1986), Santos (1994), Bezerra de Menezes (1982), Nascimento (1994), Loureiro (1998), entre outros.

Já o segundo capítulo exibe o objeto da pesquisa que é o diagnóstico da documentação do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Inicialmente será apresentado um sucinto relato histórico do museu e de seu acervo, da documentação, de informações orais, da aplicação do diagnóstico, dos resultados e da discussão dos mesmos através da análise SWOT².

² Em língua inglesa, a nomenclatura SWOT, significa Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. Em tradução para a língua portuguesa, respectivamente, pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

1 GESTÃO DE MUSEUS

As atividades de gestão têm as suas raízes nos gabinetes de curiosidades. Mesmo de forma primitiva já existiam algumas atividades de curadoria e musealização, como a coleta, guarda, proto-organização e comunicação. Esses espaços privilegiados de saber e poder, a princípio acumulou, indiscriminadamente, objetos por serem curiosos, raros e belos. Segundo Bruno (1999), em 1565, Samuel Von Quiccheberg, considerando “o museu ideal”, apresentou uma proposta de organização dividida em três partes, a saber: (a) Naturalia (elementos da natureza) e Artificialia (produtos das obras do homem); (b) Antiquitas e História (antiguidades clássicas); e (c) Artes. Para a autora:

É evidente que estas três divisões se confundem ou até se sobrepõem, mas é importante registrar que com elas teve início à organização interna das galerias e gabinetes. Posteriormente, esta organização se tornou cada vez mais complexa, determinando a orientação dos processos museológicos futuros (BRUNO, 1999, p. 40).

No século XVII, com o aparecimento das coleções científicas, processos de investigação e de ordenação foram surgindo. Estes processos apontam a transição das coleções dos gabinetes de curiosidades para a formação de coleções mais específicas, destinadas ao estudo e investigação de espécimes e culturas diferentes. Através dessas investigações veio à especialização e o estabelecimento de novos procedimentos de conservação e coleta. Como explica Possas (2005):

Tratava-se, então, de proporcionar aos estudiosos uma viagem ao mundo desconhecido sem o deslocamento físico. O invisível se tornava cada vez mais visível, revelando segredos e novas interpretações de mundos outrora inatingíveis (POSSAS, 2005, p. 157).

Para o desenvolvimento dos estudos era necessária à ordenação, a classificação e um local apropriado para conservação das coleções. Neste contexto, os gabinetes de curiosidades transformam-se em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, sendo que para este fim, foram desenvolvidos programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções.

Neste contexto, os museus assumiram o papel de instituições de pesquisa, existindo por si só ou vinculados a centros como universidades e escolas

superiores e, em grande parte, subsidiados por governos ou detentores de poder e riqueza. As coleções incorporam de vez um caráter científico, ou seja, destinadas à elaboração do conhecimento baseado em observações, pesquisas e construções teóricas. O desenvolvimento da ciência nos séculos XVIII e XIX encontrou-se, portanto, vinculado ao surgimento e consolidação de inúmeros museus de história natural, com suas coleções especializadas e em constante expansão (POSSAS, 2005, p.159).

Somente no final do século XVIII, foi aberto, de fato, o acesso do público, as coleções que tinham um caráter privado, marcando o surgimento dos grandes museus. O acesso às coleções só se efetivou devido a Revolução Francesa que converteu as grandes coleções reais em museus públicos, e o museu foi estabelecido como um dos instrumentos da democratização do saber. Segundo Julião (2006), para preservar a totalidade e diversidade de um patrimônio nacionalizado no contexto da Revolução foram desenvolvidos métodos para proceder ao seu inventário e gestão.

No Século XX, um novo rumo à instituição Museu foi impressa a partir da Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972, responsável pela produção de documento que causou impacto significativo em termos do pensar e desenvolver a conservação e a apresentação do patrimônio. Entende-se aqui, que as práticas de uma museologia popular e comunitária tinham o desafio de refletir e agir sobre o patrimônio como um agente de mediação. Tais trajetórias transformadoras dos conceitos museológicos foram consolidadas na Declaração de Quebec em 1984, quando foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Esse movimento faz uso de todos os recursos da museologia como coleta, conservação, investigação científica, restituição, difusão, criação, adaptados ao meio e projetos específicos.

Em sequência à “nova museologia”, após a década de 1970, surge um renovado pensamento que se acelera nos anos 1980. Simultaneamente às atividades científicas, os museus desenvolvem a catalogação dos acervos, encontrando-se nos grandes museus uma base documental sólida e confiável. Já no final do século XX, a conscientização do papel social e econômico dos museus e o desenvolvimento do turismo cultural se constituem em outra grande tendência.

Atualmente, para manter uma gestão otimizada dos museus, o sistema de gestão numa organização museológica pressupõe apreender, em primeiro lugar, a sua missão e objetivos, uma vez que esta organização se direciona para a formação de pessoas e preservação de um patrimônio.

Qualquer organização seja pública ou privada com uma boa gestão poderá alcançar resultados mais eficientes. Para tanto, o planejamento das ações nos museus implica no conhecimento da instituição, permitindo disponibilizar informações importantes para a tomada de decisões em matéria de objetivos, projetos, recursos humanos e financeiros.

Nas últimas décadas, a importância do planejamento nas instituições museológicas ganhou papel central, pois, segundo Duarte Cândido (2011), a sociedade não é mais complacente com instituições que justificam sua existência apenas com o vago propósito da preservação da memória, e faz críticas aos museus que não aderiram ao processo de participação e de mudanças.

No tocante à postura acima que ainda hoje é adotada por muitos museus, Moutinho (2006) enaltece:

São museus alheios ao desenvolvimento, sorvedouros de recursos financeiros, fechados sobre as suas coleções que na maior parte dos casos se deterioram ao ritmo dos anos. Por isso, esses museus, reduzem geralmente a atividade à manutenção de uma exposição permanente sem ideias, sem rumo, de puro exibicionismo como diria Hugues de Varine e por isso mesmo, envelhecem ainda mais rapidamente (MOUTINHO, 2006, p. 66).

Por sua vez, Lewis (2004) faz a seguinte declaração no Manual Prático, intitulado “Como Gerir um Museu”:

Um serviço museológico eficaz requer a confiança do público a quem presta serviço. Toda a responsabilidade relacionada com a preservação e interpretação de qualquer aspecto do patrimônio cultural tangível e intangível mundial, quer a nível local ou nacional, necessita de promover esta confiança. Para isso é necessário criar uma consciencialização pública sobre o papel e propósito do museu e o modo pelo qual este é gerido (LEWIS, 2004, p.6).

Tal fato acontece porque os museus não são mais autoreguladores de seu fazer, devendo prestar contas e concordarem com as diretrizes contemporâneas. Isto significa dizer que a gestão deve envolver conhecimento e procedimentos museológicos que garantam o bom desenvolvimento da missão do museu, não apenas uma boa gestão financeira e de pessoal. Outra ótica desse panorama é oferecida por Ribeiro (2012), quando expõe que:

A museologia vem passando, na atualidade, por uma grande discussão em termos de gerenciamento de museus e coleções. Importantes documentos

confeccionados no campo dos museus vêm suprir uma demanda de profissionalização do campo que, por longa data, seguiu caminhos difusos e livres de uma sistematização de procedimentos e ações mínimas para levar a frente uma gestão adequada das instituições. Embora não tenhamos os “ISOS”, que criam parâmetros de normatização institucional, muito aplicados principalmente a instituições privadas, não são poucas as diretrizes mínimas de procedimentos museológicos disponíveis na área para as quais devemos atentar. A Declaração de Québec (84), o Código de Ética para Museus (ICOM), as Bases de Uma Política Nacional de Museus e o Estatuto de Museus são apenas alguns documentos-chave disponíveis em língua portuguesa, nos quais devemos basear e sustentar as nossas ações (RIBEIRO, 2012, p. 71-72).

Com isso, tem-se que, em linhas gerais, um dos documentos norteadores dos parâmetros de regulamentação de museus é o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus, o que representa uma norma mínima para museus, apresentando-se:

[...] como uma série de princípios fundamentados em diretrizes para práticas profissionais desejáveis. Em alguns países, certas normas mínimas são definidas por lei ou regulamentação governamental. Em outros países, as diretrizes e a definição de normas profissionais mínimas são estabelecidas sob forma de credenciamento, habilitação ou sistemas de avaliação e/ou reconhecimento público similares. Quando estas normas não são definidas em nível local, as diretrizes de conduta estão disponíveis no Secretariado do ICOM, no Comitê Nacional ou no comitê internacional competente. Este código pode igualmente servir de referência às nações e às organizações especializadas ligadas aos museus, para desenvolvimento de normas suplementares. (ICOM, 2010)

A Lei 11.904 de janeiro de 2009, que estabelece o Estatuto de Museus, é também responsável por definir os critérios que caracterizam uma instituição museológica. Outra importante ferramenta no que concerne aos procedimentos da gestão museológica e do conjunto de normas e procedimentos que orientam as atividades nos museus, principalmente no que dispõe o Capítulo II, Seção III, dedicado ao Plano Museológico:

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.
 Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.
 Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:
 I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

a) Institucional;

b) de Gestão de Pessoas;

c) de Acervos;

d) de Exposições;

e) Educativo e Cultural;

f) de Pesquisa;

g) Arquitetônico-urbanístico;

h) de Segurança;

i) de Financiamento e Fomento;

j) de Comunicação.

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento (BRASIL, 2009).

Portanto, a partir das disposições apresentadas, compreende-se que não é possível considerar o museu como uma instituição sem planejamento e sem diretrizes que regulem o fazer museológico.

Importante ainda é seguir o pensamento de Duarte Cândido (2011) sobre a perspectiva que para os museus do século XXI, um dos grandes caminhos é a busca de profissionalização e qualificação do fazer museológico, inserindo-se, cada vez mais, na sociedade e nas políticas públicas.

Diante do exposto, acrescenta a autora:

[...] com isso, vislumbramos com a atualidade um momento impar para a difusão da museologia enquanto campo e, especialmente, para a profissionalização dos museus no sentido de buscar uma aproximação par e passo com o que está sendo produzido na área, entendendo que a qualificação institucional passa por atualização teórica e metodológica, avaliação e planejamento. Parece óbvio, mas não é o que praticavam antes muitos museus, onde os complexos processos de musealização, métodos curatoriais e a cadeia operatória museológica propostas hoje eram reduzidas a cuidar, arrumar e manter aberto um espaço que abriga uma coleção [...] (DUARTE CÂNDIDO, 2011, p. 62).

Com vistas às exigências que são feitas nos dias atuais, Duarte Cândido (2011) mostra que já está havendo um despertar no intuito de qualificar a missão do museu. E acrescenta:

Queremos crer que as exigências contemporâneas sobre museus, que vão de pressões sociais para um desempenho mais qualificado de sua missão

até a regulamentação do uso da denominação museu, estão indicando um despertar mais acelerado dos museus para a busca de orientações profissionais para o fazer. Entendemos estas orientações profissionais como diretrizes teóricas e metodologias do campo da museologia (DUARTE CÂNDIDO, 2011, p. 62).

Reportando-se ainda à exposição de Ribeiro (2012) acerca da museologia nos tempos atuais, observa-se muitas discussões em relação ao gerenciamento de museus e coleções. E, embasando-se em outros autores também já citados, entende-se que para ser iniciado um planejamento e adequá-lo aos pressupostos da gestão contemporânea, os museus devem lançar mão do diagnóstico. Aspecto que será visto no próximo item.

1.1. DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO

[...] o diagnóstico deverá, sempre, ser a primeira etapa para se pensar, ou repensar, as instituições museológicas, pois a partir dele pode-se avaliar a potencialidade do acervo, as necessidades inerentes à cadeia operatória museológica, como forma de planejar com responsabilidade a implantação (ou não) de um museu (NEVES, 2003, p.100)

A partir da citação exposta por Neves (2003), tem-se que o objetivo de um diagnóstico é levantar informações sobre a real situação administrativo/financeiro da instituição e, com base nestas informações, implantar ou programar mudanças que irão alterar seu percurso e inovar seus processos.

De acordo com Duarte Cândido (2011, p.27), o diagnóstico museológico é “uma ferramenta básica para o planejamento institucional em longo prazo”, porque permite realizar uma programação museológica compatível com a realidade da instituição. De igual modo, por ser uma estratégia metodológica tem como objetivo a identificação e compreensão dos desafios e das potencialidades museológicas de uma instituição, e tem a finalidade de conhecer as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes. Como grande nível de análise das instituições/processos, a autora defende o diagnóstico museológico como uma importante ferramenta de gestão dos museus.

Considera-se, então, o diagnóstico como uma radiografia da situação atual da instituição e de seu sistema de gestão, podendo ser desenvolvido com uma abordagem geral de todo o contexto da gestão ou ter foco específico em

determinado processo. Isso permitirá uma visão integrada e articulada da organização ou de um problema específico, resultando em mais agilidade para superar os obstáculos e melhor direcionamento das ações.

Diferentes tipos de análises, chamadas diagnóstico, têm utilizado aspectos específicos de museus como objeto, com maior ou menor aproximação dos critérios especificamente museológicos. Como exemplo de pontos específicos de proposta que se limita aos aspectos parciais, e que podem ser mensurados dentro do organismo museológico, cita-se “os diagnósticos de acessibilidade, de acervo, de documentação, de avaliação de exposições e de estudos de público” (DUARTE CÂNDIDO, 2011 p. 112).

O momento torna-se oportuno para expor a definição de diagnóstico museológico na visão de Santos (2007 apud DUARTE CÂNDIDO, 2011, p. 26) que pode ser entendido, segundo a autora como "a distância entre a realidade atual e a desejável, uma caracterização desta distância, uma identificação dos fatores inibidores e uma percepção dos fatores facilitadores".

Para isso, o diagnóstico, busca identificar e investigar os problemas existentes, auxiliando da melhor forma na escolha dos melhores procedimentos que devem ser aplicados e testados numa tentativa de solução destes problemas. Sendo que para isto, o museu, como processo necessita ser continuamente avaliado e utilizar estas informações/resultados como parâmetros para nortear o processo de planejamento. Sendo que também essa análise visa identificar os pontos fortes e fracos, pois é a partir dessas informações que se saberá quais os recursos com que se pode contar e também quais são os pontos vulneráveis no momento de se estabelecerem as estratégias da instituição (DUARTE CÂNDIDO, 2011).

Autores da área da administração como Chiavenato (2006, p. 438) afirmam que com o diagnóstico organizacional “[...] procura-se identificar preocupações e problemas, suas consequências, estabelecer prioridades e estabelecer os alvos e objetivos”. Acrescenta o autor que: “Sendo a finalidade do diagnóstico organizacional o estabelecimento de uma compreensão amplamente partilhada, e de um sistema baseado nessa compreensão para determinar se a mudança é desejável” (CHIAVENATO, 2006, p. 438).

Em seu trabalho Duarte Cândido (2011) oferece os parâmetros para avaliação, mapeados com base em diagnósticos já aplicados em contextos de museus, fazendo uma análise minuciosa dos aspectos que devem ser analisados

em cada um dos setores. Nesse sentido, os elementos fundamentais para serem levados em conta nessas ferramentas são: (a) aquisição e baixa de acervos; (b) recursos humanos; (c) orçamento; (d) estrutura espacial; (e) reservas técnicas; (f) manuseio e uso do acervo; (g) monitoramento e controles ambientais; (h) segurança; e (i) estudos de público. A autora pressupõe que o diagnóstico realizado regularmente, como parâmetro de gestão museológica e de avaliação, é uma forma para a qualificação do fazer dos museus, salientando que:

A realização de um processo de avaliação e planejamento nos quais o diagnóstico museológico esta inserido é sempre um processo educativo, sendo possível considerá-lo uma importante etapa da formação em serviço dos profissionais envolvidos no processo museológico (DUARTE CÂNDIDO, 2011, p. 21).

1.2. DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO

A gestão de acervo é um processo fundamental para o desenvolvimento, organização e preservação do acervo que cada museu possui sob sua guarda, aplicada aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão de acervo necessita de uma política e procedimentos estabelecidos, claros e definidos que definam as atividades e auxiliem as tomadas de decisão.

De acordo com o Código de Ética para Museus:

Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida. (ICOM, 2010)

Os museus, por conseguinte, vivem em função de seu acervo (mas devem viver em função da sociedade que estão inseridos) e, o gerenciamento do acervo musealizado e das informações estão associadas a uma tarefa trabalhosa e complexa, entre outras atividades como, documentação, pesquisa e comunicação.

Diante disso, Ladkin (2004) cita três elementos chaves inter-relacionados com a gestão de acervo que são:

- Registro do acervo, processo basilar de responsabilidade institucional dos objetos que a instituição museológica mantém sob sua guarda;
- A preservação do acervo, aspecto considerado fundamental na gestão do acervo, inserido sob todas as outras atividades do processo museológico;
- Acesso controlado ao acervo, ao mesmo tempo em que protege o acervo, esses documentos emitidos por escrito também podem ser utilizados como estrutura para a política de gestão de acervo (LANDKIN, 2004, p. 17).

Com isso, os museus, instituições de caráter preservacionista, buscam acionar os mecanismos que possam garantir a preservação dos vestígios materiais e imateriais, e têm como premissas básicas do fazer museológico o registro, investigação e a comunicação do patrimônio cultural produzido e acumulado, possibilitando a sua apropriação pela comunidade.

Partindo da ideia de que objetos/documentos são suportes de informação, o grande desafio de uma instituição museológica é preservar o objeto e a informação que ele contém e que o constitui como documento.

Dentro das várias ações desenvolvidas pelos museus, a ação documental possui caráter singular por sua ampla função no contexto museológico. É no processo de documentação que os objetos passam a ter significado museológico. Cabe, portanto, compreender o que é a documentação.

Com relação ao processo de documentação nos museus, Yassuda (2009) coloca que:

A diversidade do acervo do museu requer uma amplitude maior dos campos de descrição, de maneira a atender a todas as demandas informacionais dos itens da coleção. Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica. Além disso, características peculiares à instituição museológica, como o perfil do museu (Histórico, Artes, Arqueológico, História Natural, Pedagógico, Antropológico etc.) privilegia um tipo específico de informação, onde as leituras serão diferentes, assim como os valores que permeiam essas leituras (YASSUDA, 2009, p.16).

A autora também propõe um melhor esclarecimento sobre o funcionamento do processo de informação, organização e proteção de acervos museológicos em trabalhos realizados com a documentação museológica, indicando análises de diferentes teorias referentes à sua definição como a que reforça Ferrez (1994):

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p. 65).

Outra análise é de Camargo-Moro (1986) que considera ser preciso estabelecer um sistema de documentação, baseando-se em estruturas técnicas gerais e especializadas e o estabelecimento de uma série de convenções. Este conjunto de procedimentos técnicos visa o controle do acervo, assegurando também os direitos de posse dos objetos para a instituição através da criação de instrumentos técnicos de valor legal. A autora afirma que a documentação em museus é uma atividade relacionada às ciências da preservação, e assim procura firmar para a Museologia uma questão fundamental: a preservação dos bens culturais.

Também as observações de Santos (1994), apontam na mesma direção. E, em relação à documentação museológica constata que:

[...] o desenrolar de uma cadeia de ações burocratizadas, armazenamento de dados inadequados e descontextualizados e para que a ação documental exerça a sua função é necessário que haja um comprometimento e mediante o seu exercício, fortalecer as relações com a sociedade (SANTOS, 1994, p. 97).

Como bem coloca Nascimento (1994), a ação documental deve ser concebida, considerando os dois fatores preponderantes de sua função que – mediante registro, identificação, fichas de catalogação, numeração etc. – permite o controle e segurança do acervo, não devendo ser entendido apenas como ato de resgate de informação sobre o objeto, mas como base para o desenvolvimento de pesquisas que tenham a produção de conhecimento sobre a história social e cultural onde o objeto está imerso.

O segundo fator é que a documentação museológica fundamenta o fazer museológico, porém, não deve ser entendida como principal ou mais importante, mas concebida como um processo educativo e comunicativo que estará engajado a uma concepção de Educação e Museus (NASCIMENTO, 1994)..

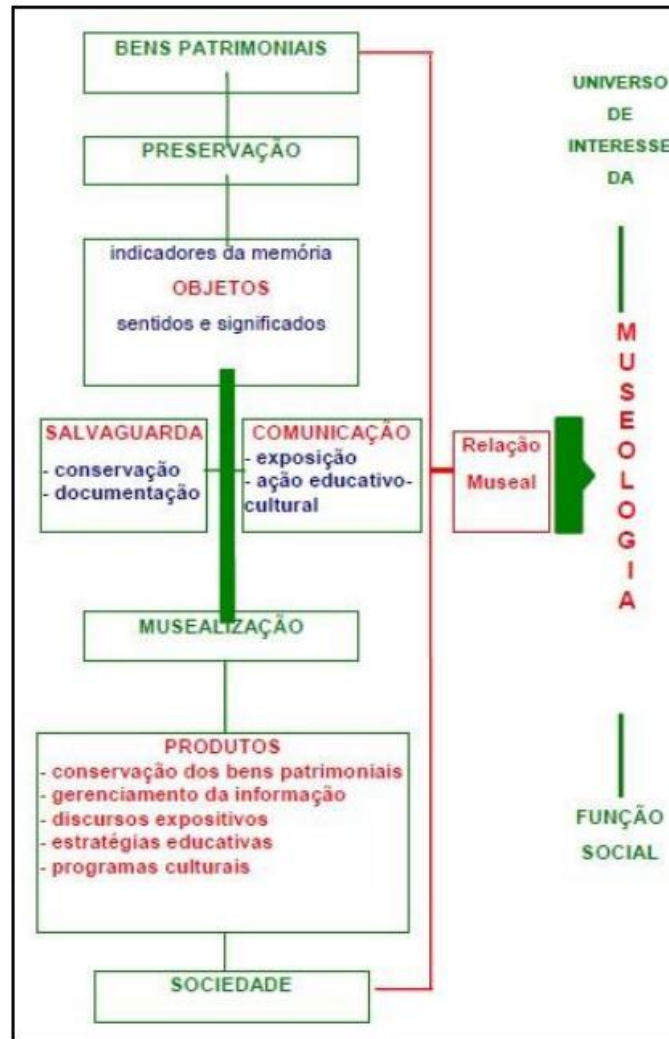
O Código de Ética do ICOM - Conselho Internacional de Museus – ICOM, estabelece que a documentação seja uma atividade essencial para o museu:

Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram submetidos e de sua localização. Estes dados devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais do museu e outros usuários autorizados (ICOM, 2010).

É necessário considerar que a ação documental e as ações de preservação formam, em conjunto, a ação de salvaguarda desenvolvida nos diferentes universos museológicos, porque qualquer que seja o patrimônio trabalhado pelo museu, ele deve ser preservado e, as informações pertinentes, disponibilizadas para a sociedade.

Os museus, espaços privilegiados para a construção e representação do conhecimento em potencial, assim como a própria Museologia, possuem como funções primordiais à preservação, à pesquisa e à comunicação dos testemunhos do homem e do seu entorno, todas aliadas à informação.

A ação de salvaguardar compreende a coleta, armazenamento, conservação, restauração e documentação. A comunicação é função que abrange as exposições, ações educativas, publicações, que divulgam a informação, sendo que a pesquisa está presente em todas essas atividades, com observa-se no esquema do quadro 1.



Quadro 1- Processos da Museologia
 Fonte: Bruno (1996).

Recuperando as ideias anteriormente citadas, entende-se que os objetos são o conjunto das informações intrínsecas e extrínsecas onde os objetos museais são portadores. Tais objetos definiram a participação não somente na história de uma instituição, mas em todo um contexto social, sendo, portanto, atribuídos ao sistema de documentação um papel fundamental com o objetivo de identificar, de forma precisa, as informações referentes a cada objeto do museu.

A entrada de informações no sistema não termina com o processo de registro e catalogação do objeto adquirido. O objeto continua a ter vida mesmo depois de entrar para o contexto museológico, participando de exposições, mudando de localização e sendo restaurado. É neste sentido que o sistema de documentação necessita ser regularmente atualizado, correspondendo a um conjunto de dados interrelacionados que forma um todo coerente unitário. Relaciona também as fontes de informação com os usuários e se estrutura em função do objetivo de atender as necessidades de informação da instituição.

No sistema de Documentação Museológica, os objetivos destes sistemas de recuperação consistem em: conservar os itens da coleção, maximizar o acesso e o uso de informações contidas nestes. A função torna-se estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, transformando suas estruturas cognitivas ou os conjuntos em conhecimento sistematizado. Entre os componentes processuais estão: (a) Entrada: seleção e aquisição; (b) Organização e Controle: registro, número de identificação, armazenagem, catalogação e indexação; (c) Saídas: recuperação e disseminação (FERREZ, 1994).

Partindo dessas orientações e analisando os componentes da documentação, dar-se-á início ao processo de aquisição que é o método que todo o museu obtém o seu acervo, o qual pode ser feito através da compra, doação, permuta, transferência, depósito, seguindo uma política de aquisição.

A aquisição é uma ação desenvolvida pelo museu no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos às suas coleções, e a política de aquisição trata-se de um princípio doutrinário que caracteriza e ordena a busca e identificação de objetos museológicos potenciais com relação ao campo temático e proposta de trabalho do museu (BITTENCOURT, 1995, p.63).

Em conformidade com o Código de Ética para Museus do ICOM, a autoridade de tutela de toda instituição museológica deve adotar e tornar público um documento referente à política de aquisição, proteção e utilização do acervo. Diante disso, compreendia-se anteriormente que o acervo, segundo Camargo-Moro (1986), se constitui na primeira responsabilidade de um museu e que através de sua aquisição, interpretação e dinamização ele comunica, desenvolvendo sua proposta cultural.

Assim, uma instituição museológica deve ter a responsabilidade de obedecer aos componentes éticos e legais para incorporar no seu acervo objetos que estejam de acordo com sua missão e não correr o risco de adquirir objetos que não condizem com a proposta do museu. De acordo com Camargo-Moro (1986), pode originar uma instituição esdrúxula.

Junto com a política de aquisição temos a política de descarte de acervo, um processo de remoção de acervo em decorrência de incorporações indevidas. O referido processo é de grande importância e difícil de ser realizado, devendo ser pensando coletivamente. Como exemplo, Edson e Dean (1996) citam alguns fatores que pode ser considerado para descarte:

- Objetos com procedência indefinida ou com falta de informação, que não são significativos ou úteis para a pesquisa, exposição, ou para fins educacionais;
- Os objetos que têm pouco ou nenhum valor para o museu por causa da redundância com a sua tipologia;
- Objetos que não se relacionem com a missão do museu;
- Objetos muito deteriorados, que não possam ser restaurados, e pela sua condição, constituem um perigo para os outros objetos (EDSON; DEAN, 2006).

Para evitar a prática de uma política de descarte, a instituição museológica deve possuir uma política de aquisição eficaz, evitando problemas de gerenciamento de acervo, como por exemplo, o acúmulo de objetos sem significado e que não condizem com os seus objetivos e missão do museu.

Com relação aos procedimentos de documentação, a etapa seguinte depois da aquisição de um objeto ou coleção, é o registro ou inventário. No livro de inventário, de registro ou livro tomo são registrados os objetos tão logo cheguem ao museu. Este livro corresponde a um documento com o registro geral das informações referentes ao acervo permanente da instituição com o propósito de além de identificar e manter o controle dos objetos, servir como um instrumento legal de posse que protege o patrimônio que está sob salvaguarda.

No livro de registros é utilizada uma numeração corrida, não podendo haver repetições ou reutilizações e, a descrição deve ser objetiva e completa, mantendo uma uniformidade.

O livro de registro deve ter um termo de abertura na página inicial, indicando o objetivo do instrumento, data do registro, número total de páginas do livro e assinatura do responsável pelo registro e do diretor do museu. As páginas devem ser sequencialmente numeradas e rubricadas e as informações manuscritas de forma legível, com tinta preta.

Quando o objeto é registrado ele recebe um número, um procedimento que permite o controle e a segurança do objeto na instituição. Este número de registro deve ser único e tem que ser marcado na peça, pois, se não estiver numerada, o sistema de documentação pode não funcionar, tendo em vista ser este o número de registro que possibilitará a identificação das informações preservadas nos instrumentos estabelecidos pelo museu.

O número de identificação deve ser marcado no objeto em lugar pouco visível, de modo a não prejudicar a peça, observando as normas e procedimentos de marcação de acordo com o material que compõe a estrutura de cada objeto. O

número de identificação deve ser permanente e também reversível, e, se necessário, ser removido.

As fichas catalográficas constituem-se num instrumento da documentação e tem o objetivo de registrar todas as informações, fornecendo uma visão completa do objeto, intrínseca e extrinsecamente, tornando-se, portanto indispensável para a segurança do acervo, como também para todas as atividades do museu. Uma série de itens deve ser analisada em sua elaboração, sendo que os campos que irão compor a ficha precisam ser definidos conforme as necessidades e peculiaridades do acervo.

Este processo de preenchimento de informações deve ser realizado com a presença do objeto, que, segundo Camargo-Moro (1986) pode:

[...] propiciar uma leitura museológica e as diversas etapas de percepção, análise e dedução que envolve a classificação. Tal ficha tem obrigatoriamente que ter um glossário para denominações (nomenclaturas) e um para o seu próprio preenchimento que devem estar sempre presentes e serem relidos ao se completar a ficha. As convenções estabelecidas devem ser sempre observadas (CAMARGO-MORO, 1986, p. 80).

Para que as fichas catalográficas gerem maiores informações elas devem ser preenchidas e atualizadas todas as vezes que os objetos forem utilizados, tanto para participação em exposições, empréstimo, restauração ou qualquer outro tipo de procedimento, dinamizando a prática e servindo de base para a pesquisa, segurança e desenvolvimento do acervo.

Camargo-Moro (1986) ainda esclarece acerca do preenchimento da ficha que deve ser realizada de forma paulatina, acompanhando a pesquisa, cuja orientação deve ser multidisciplinar para atingir a necessária interdisciplinaridade.

A ficha de localização é um instrumento com a finalidade de registrar a circulação do objeto dentro do museu e verificar se ele está na reserva técnica, na exposição ou no laboratório de conservação, marcando o deslocamento e o tempo de duração da permanência em cada local. É um fator de segurança para que a peça não seja perdida dentro do museu.

Os catálogos são ferramentas de resgate no sistema de documentação, servindo de auxílio na recuperação das informações sobre os objetos em menor tempo. Neles, estão contidas as fichas catalográficas de cada um dos itens do acervo, ordenadas conforme a conveniência para a instituição, normalmente são pelo número de identificação dos objetos. Porém, explica Ferrez (1994):

É de pouco valor para a recuperação da informação, na medida em que só pode ser “acessado” quando se conhece o referido número. Deve, portanto, estar associado a outros catálogos ou índices, que possibilitam o rápido acesso às informações contidas nos outros campos (ex.: catálogo de doador, de autor, de material, técnica, de local de produção etc.). Construídos a partir da duplicação das fichas catalográficas ou de fichas contendo apenas parte dos seus dados, ordenados sob outros critérios, implicam, nos sistemas manuais, em muito trabalho. A principal vantagem dos sistemas automatizados é justamente sua capacidade de recuperar informação e a rapidez com que atualizam e corrigem dados, eliminando o trabalho repetitivo de manutenção e atualização dos catálogos/índices manuais (FERREZ, 1994, p. 72).

Segurança é outro pré-requisito para um eficiente sistema de documentação museológica, devendo estar prevista na manutenção do sistema. A destruição das informações, sobretudo as de natureza extrínsecas, quaisquer que sejam as causas, pode significar a perda definitiva e irreparável da história dos objetos.

Logo, a importância da documentação de um objeto de museu, em uma pesquisa, é cada vez mais refletida. É através dos registros de dados, contidos no sistema documental, que será possível fornecer informações como, por exemplo, o tempo em que a peça foi fabricada, sua forma de aquisição, o doador, se passou por interferências, exposições que participou, fotografias da peça na data de registro, entre outras informações relevantes que serão anotadas. Sendo assim, o objeto por ser considerado único e cultural, traz consigo uma memória, uma informação que será mantida e salvaguardada para gerar conhecimento.

Diante das considerações apresentadas sobre a importância do processo documental, elege-se a realização de um Diagnóstico sobre o Processo Documental do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, com o intuito de levantar considerações e dar sugestões, caso necessário, na tentativa de contribuir no processo documental que foi desenvolvida pelo museu.

1.3. CONSTRUÇÃO DA TABELA DE ANÁLISE

Tendo como base as diretrizes citadas no subcapítulo anterior, nesse momento utilizaremos aqueles parâmetros para construir a nossa plataforma de diagnóstico. Esta plataforma norteou a nossa pesquisa de campo, orientando o nosso olhar para os aspectos que pretendemos investigar em relação ao diagnóstico da documentação do MALG.

Como procedimentos de pesquisa, os seguintes tópicos de análise da documentação do acervo permanente são elencados:

- Existe um livro de inventário;
- Qual o sistema de numeração usado no museu;
- Em relação à marcação dos objetos, todos os objetos encontram-se identificados;
- As fichas catalográficas são adequadas ao acervo;
- Para o controle do acervo existem fichas de localização;
- O museu possui um banco de dados;
- Existe uma política de aquisição e descarte.

Estes procedimentos visam realizar o levantamento e checagem de dados sobre a documentação, bem como estudo e análise dos instrumentos técnicos utilizados para a efetivação e coleta de informações junto à equipe do MALG.

2. O MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTUZZO

2.1. HISTÓRICO DO MUSEU E SEU ACERVO

O Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) foi inaugurado em 07 de novembro de 1986 e está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Criado para salvaguardar as obras do principal artista pelotense Leopoldo Gotuzzo e outras coleções de diferentes artistas brasileiros.

De acordo com o Regimento do ano de 1988, o museu tem como objetivo proteger, investigar e divulgar o seu acervo junto à comunidade. De igual modo, tem a responsabilidade de intercâmbio com instituições afins, de receber exposições de arte, de fomentar a pesquisa e discussão a respeito do fazer artístico, e de gerar ações educativas junto às redes de ensino e à própria sociedade.

Segundo uma carta escrita em 1990 pela professora Luciana Araújo Renck Reis, do Instituto de Letras e Artes/UFPEL e diretora do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, o MALG “norteado por espírito moderno e científico” desde sua inauguração, mantém os setores preconizados pela “moderna museologia”. Para tanto, foram criados setores de Programação Educativa, Documentação e Arquivo, Conservação e Restauro, além de uma galeria destinada às exposições temporárias, levando o nome da fundadora da extinta Escola de Belas Artes de Pelotas, Marina de Moraes Pires.

Em 1987, foi criada a Sociedade Amigos do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (SAMALG), com pouco mais de vinte integrantes. Sua função é de apoiar o museu, principalmente buscando recursos junto à comunidade, promover leilões, restauro de obras e eventos promocionais.

Desde a sua fundação, o museu teve como diretores Luciana Araujo Renck Reis (1986-1989), Lígia Maria Fonseca Blanck (1989-1991), Bernardete Lovatel (1991-1992), Carmem Regina Bauer Diniz (1992-1993), Nicola Caringi Lima (1997-2002), Wilson Marcelino Miranda (1993-1997/2002-2006) e Raquel Santos Schwonke na gestão desde 2006.

Através da Resolução 004/92, do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas, o Museu passou com todo seu acervo a fazer parte do Instituto de Letras e Artes, atual Centro de Artes.

O MALG é um órgão suplementar diretamente vinculado ao Centro de Artes da UFPEL, congregando atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unidade e da Universidade, com sede localizada à Rua General Osório, 725, Pelotas, RS.

Conta com mais de 900 obras, um acervo composto por pinturas em diversos suportes, esculturas, móveis, têxteis, livros, papéis etc., e constituído pelas seguintes coleções:

- Coleção Gotuzzo formada de doação feita à Escola de Belas Artes em 1955. E, a última doação feita por cláusula testamentária do artista em 1983. Durante a existência do museu este acervo foi aumentando gradualmente através de doações e hoje conta com 135 obras do artista.

- Coleção Trápaga Simões, doada à Escola de Belas Artes por Bethilda Trápaga e Carmem Simões. São obras de artistas europeus do final do século XIX e início do século XX.

- Coleção João Gomes de Mello, crítico de arte no Rio de Janeiro e falecido em 1970.

- Coleção (ex) Antigos Alunos, que abriga obras dos alunos da Escola de Belas Artes.

- Coleções Séculos XX e XXI formadas por doações de artistas locais ou que tenham exposto na galeria do Museu datada nos referidos séculos.

- Coleção Luis Carlos Lessa Vinholes composta por louças japonesas, quadros, gravuras e xilogravuras de artistas paraguaios, argentinos, brasileiros e japoneses.

2.2. DOCUMENTAÇÃO DO MALG

Na documentação pesquisada no MALG foram encontrados documentos, como por exemplo, duas cartas, uma escrita pela professora Luciana Araújo Renck Reis, falando sobre os setores iniciais do museu e a outra, escrita por Elza Maria Loureiro de Souza, museóloga e restauradora, contratada em 1982 pela UFPEL, e que relatou seu primeiro contato com as obras do artista Leopoldo Gotuzzo, o Regimento e as Normas definido pela UFPEL para o futuro museu.

Documentos importantes que foram analisados foram as Normas de Regimento dos órgãos de Extensão do ano de 1994, confirmando a ideia inicial de um setor de Documentação e Arquivo com a competência de organizar banco de

dados, catalogar, arquivar e divulgar o referido material, incentivar a pesquisa, entre outros.

Outro documento de grande relevância são as Normas do MALG, aprovadas pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) da UFPEL em sessão realizada no dia 04 de agosto de 1998. Consta neste documento que, através da Resolução 004/92 do Conselho Universitário, o museu, com todo o seu acervo, passou a fazer parte do Instituto de Letras e Artes, atual Centro de Artes.

Consta em seu Capítulo I, Artigo 2º que o MALG na condição de Museu Universitário, deverá promover, além de conservar e da mostra de seu acervo, também realizar ações de caráter artístico cultural, transformando-se em órgão gerenciador de cultura.

Tratando da organização, o referido documento determina a existência de um setor de documentação e arquivo com a competência de organizar banco de dados, catalogar, arquivar, informatizar e divulgar o material e incentivar atividades relacionadas ao setor.

Em relação à análise da documentação do acervo conseguiu-se levantar dados relevantes que serão abordados a seguir.

Como primeiro registro do acervo encontrou-se o Mapa de Aferição Patrimonial, ou seja, uma “ficha” que servia para o controle dos objetos do acervo pelo Setor de Patrimônio da UFPEL e também pelo museu. Este documento possui a relação de poucas obras do acervo, no entanto, todas as peças registradas possuíam seu respectivo número patrimonial.

CADASTRAMENTO			ESPECIFICAÇÃO		SITUAÇÃO DO BEM				
Item/Inv.	T.R./Sigla	Nº R.Patr.	Especie, Marca, Nº de Fab.	Medidas	OK	Flaqueta	E.C.	Local	Providências
01		40.145	QUADRO A ÓLEO, Rui Barbosa.						
02		21.308	A ÓLEO, do pintor Leopoldo Gótzmann, "Jap						
03		52.551	mina Japonesa.						
04		52.552	ABSTRAÇÃO EM CORES, quadro a óleo, Fer						
05		52.554 a	RETRATO D. CARMEM TRÁPAGA SIMÕES, a ó-						
		52.557	leo, Marina Pipes.						
06		52.559	MINIATURA DE PAINÉIS DA CATEDRAL DE PE-						
07		52.560	LOTAS (4), a óleo, de Laudo, d'igo, Aldo						
08		52.562	Loucatelli.						
09		52.563	CATEDRAL, a óleo, Canes.						
10		52.569	CHAISY - ALFREWI.						
11		52.570	JOGO DE CARTAS, Gonzalez, a óleo.						
12		52.571	A ESPANHOLA VENDEDORA DE FLORES, a óleo						
			RICA, resnaro, bico de pena.						
			CABEÇA DE VELHO, brilhante, a óleo.						
			PAISAGEM, a óleo, Selpato.						

Figura 1. Mapa de Aferição Patrimonial
Fonte: Acervo pessoal

O segundo documento de registro é uma ferramenta do sistema de documentação do MALG, o primeiro livro tomo do museu datado do ano de 1989 e que possui termo de abertura, folhas numeradas e rubricadas e assinado pela diretora que estava na gestão da instituição, professora Luciana Araujo Renck Reis. Neste livro, teve o início, o registro do inventário do acervo com as informações escritas em blocos, da seguinte forma conforme ilustração.

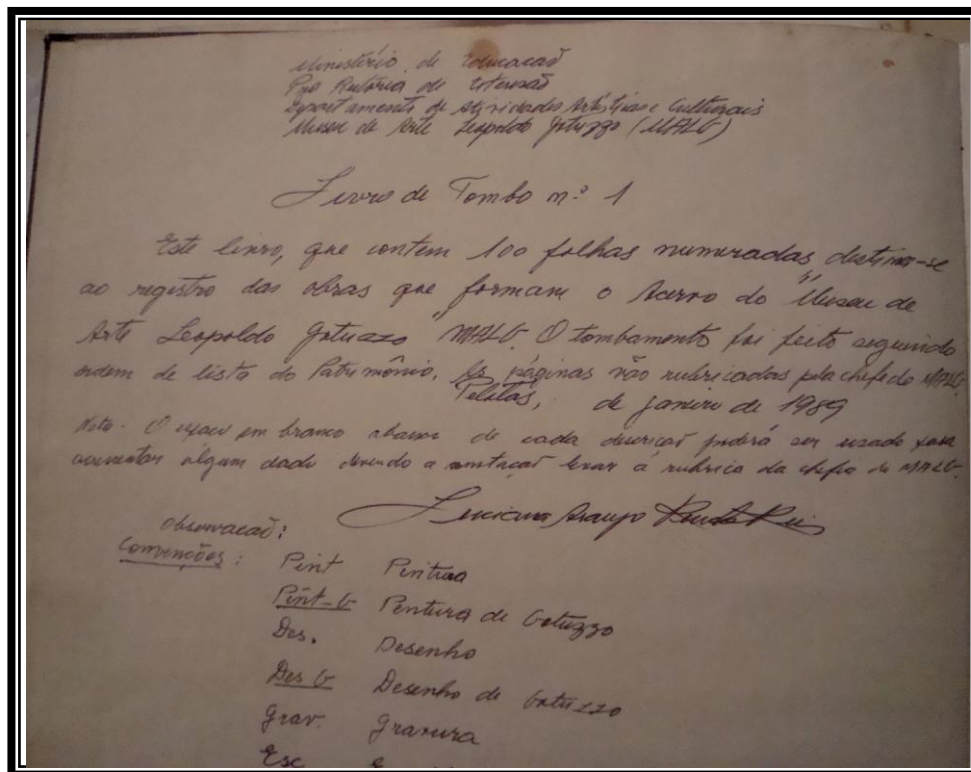


Figura 2. Termo de abertura
Fonte: Acervo pessoal

No livro citado, foram registradas 167 obras com tinta permanente da cor preta, com espaços entre as anotações dos itens. Notou-se que dos números 168 aos 212 estão manuscritos em folhas soltas e que, de acordo com a análise, deduziu-se que estas anotações foram realizadas para, posteriormente, serem registradas no livro tomo pela pessoa responsável do setor de documentação. Nesta ferramenta documental não existe um termo de fechamento, portanto, não foi possível determinar o motivo da interrupção do inventário. Nas referências está apontado que o termo de fechamento deve ser empregado quando cessam as folhas ou por força maior, como erros no inventário.

O sistema de numeração utilizado pela instituição no primeiro livro tomo é o corrido, mais simples, conhecido também como sistema de um só número. Por exemplo: 01, 02, 03. Observou-se que somente parte do acervo foi catalogado, não possuindo número de registro no restante, o que gera perda de informações.

Em relação à marcação, apenas os objetos do acervo que se encontravam registrados no livro tomo ou nas fichas catalográficas possuíam marcação, as demais, não possuíam identificação de registro.

Outro instrumento de documentação encontrado no museu para o registro dos objetos do acervo são as fichas catalográficas dispostas em pastas de acordo com a coleção. Estas fichas não contemplam todo o acervo, apenas parte, além de fotos da obra anexadas no verso da ficha, elas possuem os seguintes campos: (a) nome da obra; (b) nº do tombamento; (c) nº do registro patrimonial; (d) forma de ingresso se compra, doação, permuta, transferência ou sob guarda; (e) data de ingresso; (f) localização; (g) histórico; (h) descrição do objeto; (i) material e técnica; (j) dimensões; (l) estado de conservação; (m) artista; (n) nome artístico; (o) nº do arquivo; (p) observações; (q) preenchido por; e (r) data.



Figura 3. Primeiro modelo de ficha catalográfica
Fonte: Acervo pessoal

A Fig. 3 mostra o primeiro modelo de ficha catalográfica, utilizada para documentar o acervo do museu. Embora não existam todos os campos necessários para um bom detalhamento das informações do objeto, a mesma está de acordo com a tipologia do acervo.

Com a confecção da referida ficha percebe-se que existia uma preocupação com a catalogação dos objetos e que, provavelmente, pela falta de estrutura

organizacional ou de orientação de um profissional com conhecimento da área de documentação, não foi possível a continuidade do processo de registro do acervo.

Com relação às fichas de localização, que têm por finalidade o registro da movimentação do objeto dentro e fora do museu, não foi encontrado registro deste instrumento, uma vez que o campo localização encontra-se na ficha catalográfica.

A aquisição de obras pelo museu se dá através de doações e, como não existe uma política de aquisição, esse procedimento é analisado por um conselho composto de membros do museu e da Sociedade de Amigos do MALG.

A partir do segundo semestre de 2011 teve início no MALG o projeto de ensino com os alunos do curso de bacharelado em Museologia, coordenado pela professora Nórís Leal, ministrante da disciplina de Prática em Museus I. O projeto tem como objetivo desenvolver o sistema de documentação museológica do MALG, realização de um diagnóstico da situação atual do museu e, adaptar a documentação museológica do acervo da instituição conforme procedimentos técnicos da área museológica.

De acordo com o Projeto de Ensino e a partir da reorganização da documentação museológica do acervo, será possível desenvolver um sistema de recuperação de informação que transformará as coleções do museu, ou seja, de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. Os instrumentos documentais existentes no museu não são suficientes para uma eficiente gestão museológicas de salvaguarda e comunicação.

A atividade inicial do Projeto de Ensino é fazer o levantamento do acervo, acondicionado na reserva técnica do museu para, posteriormente, iniciar o registro dos objetos em um livro tombo provisório, chamado de livro boneco (ver Fig. 4).

Nº ant. do Obj.	Ficha	Tombo	Nº de Us.	Nome do inventário	localização	Colecção	classificação
254	168			Estudo de Cabeça	Caixa 4, B1	Templeton Museu	CK 8
255	175			Mulher nua	Caixa 4, B1	Templeton Museu	CK 8
256	166			Mulher	Caixa 4, B1	Templeton Museu	CK 8
257	195				Caixa 4, B1		Registro preliminar 97552
257	214			Diferença	Caixa 4, B1		Registro preliminar 97552
260	169			Estudo de Cabeça	Caixa 4, B1	Templeton Museu	97336

Figura 4. Imagem do livro boneco
Fonte: Acervo pessoal

Conforme as normas do processo de documentação, o registro das informações dos objetos que fazem parte do acervo do museu deve ser feito com lápis, para que depois de conferidas as informações sejam registradas com tinta permanente preta no livro tomo. Este servirá de documento de inventário dos objetos sob a guarda da instituição.

Foi proposta pelo projeto uma nova ficha catalográfica para o registro das informações sobre os objetos do acervo, mais completa do que a anterior. Apresenta-se, portanto, no quadro abaixo, os campos de informação que constam na ficha atual, e a imagem da referida ficha (ver Fig. 5).

CAMPOS DE INFORMAÇÃO DA ATUAL FICHA CATALOGRÁFICA	
Descrição do objeto	Número de inventário; Título da obra; Coleção; Data de entrada; Época da obra; Autoria; Material e técnica; Origem; Procedência; Modo de aquisição (compra, doação, permuta, empréstimo; Produto de oficina; Marcas e inscrições; Estado de conservação; Localização (exposição, reserva técnica, restauro, outros); Altura; Comprimento; Diâmetro; Largura; Profundidade; Peso; Descrição do objeto; Valor do seguro; Nome ex-proprietário; Valor da compra.
Análise do objeto	Dados históricos; Características iconográficas; Características estilísticas; Características técnicas.
Intervenção do objeto	Diagnóstico; Intervenções anteriores; Recomendações.
Notas	Histórico das exposições/prêmios; Históricos de publicações; Referências arquivísticas/bibliográficas; Avaliação para seguro; Observação.
Dados do preenchimento	Catalogado por; Data da catalogação; Data da última alteração.

Quadro 2. Campos de informação da atual ficha catalográfica
Fonte: Documento MALG

Descrição do objeto		OUTROS NÚMEROS	
1- Nº INVENTÁRIO:			
2- TÍTULO DA OBRA:			
3- COLEÇÃO:			
4- DATA DE ENTRADA:			
5- ÉPOCA DA OBRA:			
6- AUTORIA:			
7- MATERIAL E TÉCNICA:			
8- ORIGEM:			
9- PROCEDÊNCIA:			
10- MODO DE AQUISIÇÃO: () COMPRA () DOAÇÃO () PERMUTA () EMPRÉSTIMO:			
11- PRODUTO DE OFICINA:			
12- MARCAS E INSCRIÇÕES:			
13- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: () ÓTIMO () BOM () REGULAR () PÉSSIMO:			
14- LOCALIZAÇÃO: () EXPOSIÇÃO () RESERVA TÉCNICA () RESTAURO () OUTROS:			
15- ALTURA:	18- LARGURA:		
16- COMPRIMENTO:	19- PROFUNDIDADE:		
17- DIÂMETRO:	20- PESO:		
21- DESCRIÇÃO DO OBJETO:			
22- VALOR DO SEGURO:			
23- NOME EX-PROPRIETÁRIO:			
		24- VALOR DA COMPRA:	
		ANÁLISE DO OBJETO:	
		25- DADOS HISTÓRICOS:	
		26- CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS:	
		27- CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS:	
		28- CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	
		INTERVENÇÃO DO OBJETO:	
		29- DIAGNÓSTICO:	
		30- INTERVENÇÃO ANTERIOR:	
		31- RECOMENDAÇÕES:	
		NOTAS:	
		32- HISTÓRICO DAS EXPOSIÇÕES/PREMIO:	
		33- HISTÓRICO PUBLICAÇÕES:	
		34- REFERÊNCIAS ARQUIVISTAS/BIBLIOGRÁFICAS:	
		35- AVALIAÇÕES PARA O SEGURO:	
		36- OBSERVAÇÕES:	
		DADOS DO PREENCHIMENTO:	
		37- CATALOGADO POR:	
		38- DATA DE CATALOGAÇÃO:	
		39- DATA DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO:	

Figura 5. Atual modelo de ficha catalográfica

Fonte: Acervo pessoal

Um dos procedimentos adotados após o levantamento foi o registro no livro boneco. A partir desta etapa, o objeto é observado para o preenchimento das informações na ficha catalográfica, utilizando como subsídios o livro tomo, as antigas fichas catalográficas e a análise da própria obra. Também é feito o registro fotográfico, que, posteriormente, gera um banco de dados. A marcação é anotada no verso da obra contendo a inscrição com grafite, o número de registro no livro boneco e o ano em que foi realizado.

O registro do acervo permanente, resultado do projeto de ensino, está sendo realizado pelos alunos do curso de Museologia que participam do referido projeto. No entanto, no período de férias ou pela falta de estagiários do Curso de Museologia e que não existem atividades o processo de documentação paralisa o seu andamento, sendo que na instituição não possui profissional qualificado que oriente e que de prosseguimento ao processo. Oportuno expor que todo o acervo que se encontra no museu está registrado no livro tomo provisório.

Atualmente o grupo de alunos que está realizando estágio curricular obrigatório continua trabalhando no processo de documentação do acervo do museu. Recente o MALG recebeu uma nova coleção por doação do Sr. Luis Carlos

Lessa Vinholes que trata de um conjunto composto de louças de origem japonesa, gravuras, xilogravuras da arte japonesa, argentina, paraguaia, entre outros.

Como o museu não possui uma política de aquisição, a doação acima foi analisada pelo conselho do museu, decidindo anexá-la ao acervo permanente. A coleção já se encontra registrada no livro boneco, identificada, fotografada, com as fichas catalográficas preenchidas e acondicionadas em local apropriado.

Conforme relato da diretora do museu Raquel Santos Schwonke, o conselho está trabalhando na proposta de um novo regimento fundamentado nos princípios previstos pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de Museus. De acordo com esboço da proposta, apresenta-se a missão da instituição:

O Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) é um órgão suplementar do Centro de Artes (CA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), aberto a comunidade e sem fins lucrativos, que tem como missão conservar, divulgar e ampliar seu acervo artístico e documental; promover a produção e comunicação de conhecimento em artes plásticas e temas relacionados; e desenvolver ações educativas voltadas para a formação universitária e da comunidade em geral.

A proposta do novo regimento está sendo construída pelo conselho do MALG e, depois de concluída deverá passar por análise e aprovação do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE).

2.3. APLICAÇÃO DA ANÁLISE NO DIAGNÓSTICO DE DOCUMENTAÇÃO

Neste tópico serão abordados os resultados encontrados neste trabalho a partir da planilha de análise desenvolvida no capítulo anterior. Será usado como referencial, o método de análise intitulado SWOT que se resume em investigar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Já o diagnóstico dos fatores internos busca identificar os problemas básicos que o museu enfrenta em sua rotina.

2.3.1 Livro de inventário

É o documento de registro geral das informações referentes ao acervo permanente da instituição cujo propósito visa identificar e manter o controle dos objetos, servindo como um instrumento legal de posse que protege o patrimônio que está sob salvaguarda.

■ Pontos fortes

O livro tombo do MALG está de acordo com as normas do fazer museológico. Possui termo de abertura na página inicial indicando o número total de páginas do livro, a data do registro e o objetivo do instrumento, assim como as assinaturas do diretor do museu. As páginas estão todas numeradas e rubricadas somente até a página em que foi feito o último registro. De acordo com o projeto de ensino, Como mencionado anteriormente, os alunos do curso de Museologia que participaram do projeto de ensino, registraram o acervo permanente do museu. Todo o acervo foi registrado no livro tombo provisório ou livro boneco.

■ Pontos fracos

O livro tombo encontra-se incompleto e não existe um termo de fechamento informando o motivo da interrupção do livro.

■ Sugestão

Neste momento atual em que os museus necessitam se adequarem à Lei Federal n. 11.904 de 2009 a qual rege o Estatuto Brasileiro de Museus, sugere-se que para o bom andamento do processo de documentação e da adequação do museu às normas previstas, o MALG necessita de um profissional da área de museologia em sua equipe para direcionar e orientar as devidas práticas museológicas. Enquanto esta contratação não for realizada, o ideal seria que fosse proposto um projeto de extensão de longa duração para a continuidade das ações documentais ou que o projeto de ensino existente não tivesse interrupção no período de férias para que houvesse continuidade das ações.

2.3.2 Sistema de numeração

Ferramenta que permite a identificação individual de cada objeto e que o relaciona com os demais instrumentos documentais.

■ Pontos fortes

No primeiro livro tomo foi utilizado o sistema corrido conhecido também como sistema de um só número. No novo sistema de documentação que está sendo estruturado, utiliza-se o mesmo sistema acrescido do ano em que o objeto foi registrado. Exemplo: 01/2013.

■ Pontos fracos

O sistema de numeração não possui informação para a recuperação de dados sobre os objetos

■ Sugestão

Sugere-se a utilização do sistema tripartido. Este sistema trabalha com a numeração em forma de lote, porque através do número de registro busca-se classificar o acervo por unidades como coleção, doador, material etc. No entanto, o sistema é zerado quando houver mudança do código de classificação.

Exemplo: 92. I. 001.

Tripartido por coleção	Objetos	Ano de entrada
I. Coleção de Gotuzzo	001... 002 ... 003	1992
II. Coleção do século XX	001... 002 ... 003	1992

2.3.3 Marcação dos objetos

A marcação de identificação deve ser colocada em lugar pouco visível de modo que não prejudique a peça e sua conservação.

■ Pontos fortes

Os objetos que já possuem registro encontram-se marcados de acordo com as normas e cuidados para não interferir ou danificar a peça. Com o novo processo de documentação, as peças são marcadas em paralelo ao preenchimento das fichas catalográficas.

■ Pontos fracos

Apenas parte dos objetos do acervo possui marcação de acordo com os registros antigos, mas com o novo processo de documentação, as peças são

marcadas em paralelo ao preenchimento das fichas catalográfica, que até o momento não tinha sido concluído.

■ Sugestão

Em relação à marcação sugere-se que sejam confeccionadas etiquetas para serem afixadas na obra com as informações constantes nos demais instrumentos de documentação. Cita-se como exemplo, número do inventário, título da obra, autor, coleção e localização na reserva técnica. Estas informações seriam importantes para o controle na reserva técnica, bem como por ser uma forma rápida de recuperação das informações.

2.3.4 Fichas catalográficas

Instrumento documental que tem por objetivo registrar todas as informações de caráter físico, histórico e simbólico sobre cada objeto, individualmente.

■ Pontos fortes

As duas fichas encontradas no museu estão de acordo com a tipologia do acervo, sendo que a segunda ficha proposta pelo projeto de ensino é mais completa do que a anterior e abrange um número maior de informações sobre cada objeto, possibilitando um maior conhecimento sobre o mesmo.

■ Pontos fracos

A segunda ficha catalográfica ao mesmo tempo em que não possui um campo para o registro fotográfico do objeto, não possui qualquer identificação da instituição museológica.

■ Sugestão

De acordo com a facilidade de identificação visual do objeto, sugere-se: (a) seja analisada a importância do campo “imagem” e (b) a inserção no cabeçalho da ficha catalográfica; e (c) a identificação do museu a que pertence o instrumento documental do acervo.

2.3.5 Política de aquisição e descarte

Uma política que deve estar de acordo com a missão da instituição, visando manter o equilíbrio entre a aquisição e a salvaguarda.

■ Pontos fortes

O procedimento de aquisição e descarte é avaliado por um Conselho composto por integrantes do museu lotados no Departamento de Artes do SAMALG.

■ Pontos fracos

A instituição pesquisada não possui uma política de aquisição e descarte de acordo com a proposta das diretrizes contemporâneas.

■ Sugestão

O museu deve adotar e tornar público um documento referente a uma Política de Aquisição e Descarte do acervo composta por uma comissão com profissionais das áreas interdisciplinares. A referida comissão deve decidir pelo aceite ou não do objeto que irá compor o acervo, após avaliação e parecer técnico dos mesmos.

Assim, com o seguimento das etapas propostas no projeto de ensino para a reestruturação da documentação do MALG, têm-se os seguintes procedimentos que já estão em execução: (a) a criação de um novo sistema de numeração; (b) a abertura de um novo livro de inventário; (c) a marcação dos objetos; (d) o desenvolvimento da ficha catalográfica. Salienta-se que serão desenvolvidos ainda uma ficha de localização e um banco de dados informatizado para centralizar todas as informações reunidas nos instrumentos museológicos de registro. Esses processos permitirão o acesso mais rápido às informações sobre os objetos do acervo e da instituição como um todo, estando, dessa forma, em consonância com a necessária adequação às diretrizes contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de analisar a gestão museológica, em especial, o diagnóstico da documentação do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, cujo objetivo visou investigar os procedimentos e ferramentas utilizados para a gestão de suas coleções. A intenção foi de, a partir do diagnóstico, observar potencialidades e carências e contribuir com informações relevantes para o melhor desenvolvimento de futuras ações museológicas.

Compreendeu-se que a documentação museal é o instrumento fundamental na organização e desenvolvimento de uma boa gestão, tendo como referência o que fora abordado em normas, regras, leis, estatutos, teorias, pesquisas etc. Assim, uma série de informações sobre cada um dos objetos será produzida com o propósito de constituir o acervo do museu. De igual modo, tem a função de promover a segurança e o controle do referido acervo, proporcionando condições para recuperar e preservar as informações sobre este bem cultural.

Além disso, a documentação museológica constitui parte da gestão do museu dedicada ao gerenciamento das informações do objeto em todos os seus âmbitos, desde sua chegada na instituição até sua exposição. Este processo incorpora atividades destinadas à coleta, tratamento, armazenamento, organização, recuperação e disseminação da informação.

Sendo assim, a documentação não deve ser compreendida como um mero aglomerado de dados sobre os itens de um acervo por tratar-se de um sistema onde todas as partes estão interligadas, formando com isso, um todo coerente. O referido sistema é construído por fontes de informações e usuários, devendo, portanto, estar organizado de acordo com as especificidades do museu e de seu público.

Nessa concepção, para que a gestão, bem como, a documentação museológica seja executada de forma competente e eficaz, torna-se primordial que tais práticas sejam orientadas por regras, normas, regimentos e rotinas precisas, baseadas nas necessidades específicas do museu e estabelecidas em manuais de rotina. Para tanto, deve gerar uma padronização no desenvolvimento das atividades e também dos registros, possibilitando, assim, uma rápida recuperação dos dados.

Detendo-se na análise da documentação do Museu Arte Leopoldo Gotuzzo, verificou-se a existência das seguintes ferramentas documentais: Mapa de Aferição

Patrimonial da UFPEL, Normas de Regimento dos órgãos de Extensão do ano de 1988, Normas do MALG do ano de 1994, fichas catalográficas, livro tomo e do livro tomo provisório (boneco), este último faz parte do novo processo de reestruturação da documentação do acervo da instituição.

Diante desse quadro, e baseando-nos na proposta de aferição do diagnóstico, observou-se, entretanto, que a série de instrumentos, muitas vezes, não apresenta coerência e as informações e registros dos objetos que estão sob salvaguarda da instituição, não estão completos. Tendo em vista que só recentemente teve início o processo de levantamento mais completo de dados, a construção de fichas catalográficas com maior abrangência de informações, a efetivação dos registros básicos, o projeto de construção de banco de dados e, principalmente, a proposta de um novo regimento, onde existe uma proposta de missão do museu.

Levando-se em consideração tais questões, entendeu-se que a reformulação da documentação museal do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, bem como, a construção de banco de dados informatizado, é imprescindível, tendo em vista à escassez de ferramentas documentais. Tais ferramentas permitem compreender e ligar os objetos as suas relativas informações associadas, necessitando, assim, de um trabalho documental contínuo.

No entanto, existe ainda um longo percurso a trilhar no caminho de uma gestão e documentação eficiente, pois, os museus, de forma geral, incluindo a realidade do MALG, ainda não recebem a necessária atenção por parte dos gestores públicos.

Da mesma forma, é comum a noção de que as atividades das instituições museológicas devem priorizar a exposição, ou seja, a área de maior visibilidade do público, constituindo-se, dessa maneira, na vitrine da instituição que, na verdade, representa somente a parte visível de um elaborado processo. Diante disso, ocorre que a documentação, por se tratar de um trabalho que comumente não está à mostra, na maioria das vezes, é, ao mesmo tempo, fundamental e inacessível ao público, sendo, por diversas vezes, relegada ao segundo plano.

E, como última reflexão salienta-se que os objetos sem informações não podem ser avaliados como documentos, e se as informações não forem conservadas, fatalmente, não poderão ser recuperadas. Contudo, para a salvaguarda das referidas informações são indispensáveis processos técnicos

constituídos na ação documental museológica que necessitam estar em sintonia com as necessidades do acervo e com sua tipologia.

Tem-se, portanto, a partir de tudo que foi exposto, que a gestão museal, com foco na documentação museológica do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, não se encontra em consonância com o estipulado no Estatuto de Museus, com se observou no Capítulo II, Subseção IV, Artigos 39 e 40 os quais enfatizam que as instituições museais têm por obrigação manter a documentação dos seus acervos constantemente atualizada, sob a configuração de inventários e registros, guardada em local seguro e evitando-se qualquer tipo de dano.

Dessa forma, pelo fato de a instituição não ter o controle total das informações de seu acervo, conclui-se que, neste momento, ela não desempenha completamente sua função social que é a de “[...] conservar, divulgar e ampliar seu acervo artístico e documental; promover a produção e comunicação de conhecimento em artes plásticas e temas relacionados; e desenvolver ações educativas voltadas para a formação universitária e da comunidade em geral” (NOVO REGIMENTO DO MALG).

Por fim, observou-se que o MALG está em constante transformação e adaptação, buscando melhorias para o seu acervo e seus usuários e também, acessível à adequação da gestão e da documentação museológica às necessidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia Sílvia P.; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional. In Anais do Museu Histórico Nacional. MINC/IPHAN. Rio de Janeiro, RJ. V. 27, 1995.

BRASIL. *Lei n. 11.904* de 14 de janeiro de 2009 que Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm> Acesso em: 24 jun. 2013.

BRUNO, Maria Cristina O. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. *Caderno de Sociomuseologia*, n. 17, 1999.

BRUNO, Maria Cristina O. Museologia: Algumas Ideias para a sua Organização Disciplinar. *Caderno de Sociomuseologia*, n. 9, 1996.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. Museus: *Aquisição/Documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos: o capital humano das organizações*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina. *Gestão de Museus e o Desafio do Método na Diversidade: diagnóstico museológico e planejamento*. 2011. Tese [Doutorado em Museologia] 295f. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade Lusófona, PT, 2011.

EDSON, Gary.; DEAN, David. *The Handbook for Museums*, London: Routledge, 1996.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. Estudos de Museologia. *Caderno de Ensaios*, n. 2. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1994.

ICOM. International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus) *Código de Ética para Museus*. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2013.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História dos Museus. In *Caderno de Diretrizes Museológicas* 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU. Belo Horizonte, 2006.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. In BOYLAN, Patrick J. *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. ICOM, 2004.

LEWIS, Geoffrey. O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional. In BOYLAN, Patrick J. *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. ICOM, 2004.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. *Museu, informação e arte: a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação*. 1998. 85f. Dissertação [Mestrado em Ciência da Informação]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MASON, Timothy. *Gestão Museológica: Desafios e Práticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, British Council, [Fundação] Vitae, 2004.

MOUTINHO, Mário. A qualidade em museus, nos museus em mudanças. In XIII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. *Caderno de Sociomuseologia*, 25. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006.

NASCIMENTO, Rosana. Documentação Museológica e Comunicação. In *Caderno de Museologia*, n. 3. ULHT. Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologia. Portugal. 1994.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Programa museológico aplicado: o centro de memórias do samba de São Paulo como estudo de caso. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. In *Caderno de Sociomuseologia*, n. 30, 2003.

OSÓRIO, Dias Elza. Museologia Social. In *Conservação em Museus*. Porto Alegre, POA. Secretária Municipal da Cultura, 2000.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Scientia/UFMG, 2005.

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Musealização da Arqueologia: Um Estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville*. 2012. Tese [Doutorado em Museologia]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Maria Célia Teixeira de Moura. O papel dos museus na construção da identidade nacional. In *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 28, 1994.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 124.f. Dissertação. [Mestrado em Ciência da Informação]. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2009.

FONTES PRIMÁRIAS

Fichas Catalográficas.

Livro tombo, 1989.

Livro Tombo Provisório, 2011.

Mapa de Aferição Patrimonial.

Normas do Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo.

Projeto de Ensino: Organização da Reserva e técnica e da documentação museológica do MALG.

Regimento dos Órgãos de Extensão.